



**ACÓRDÃO Nº805/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11286/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manicoré.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Augusto Vieira do Nascimento (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2813/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manicoré. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Augusto Vieira do Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré e ordenador de despesas à época, conforme dispõe o Art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c 188, §1º, inciso II, da Resolução n.º 04/2002- RITCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Augusto Vieira do Nascimento** Presidente da Câmara Municipal de Manicoré e ordenador de despesas à época, no valor de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), sendo R\$1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) referente à permanência da Restrição n.º 02 (atraso do Relatório quadrimestral), e R\$3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) em razão da permanência Restrição n.º 04 (atraso no envio dos balancetes referente aos meses de janeiro/19 e dezembro/2020), nos termos do art. 54, inciso "I", alíneas "a" e "c", da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso I, alínea "a" e "c", da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de



**ACÓRDÃO Nº805/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Determinar** à atual Administração, sob pena das contas de o próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 188, inciso III, alíneas “b”, “c” e “e”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que:

**10.3.1.** Observe e cumpra com rigor a legislação quanto a prazos e publicação de informações no Sistema GEFIS;

**10.3.2.** Que os atrasos no envio dos balancetes não venham mais a ocorrer e que todos os prazos estipulados sejam atendidos de forma tempestiva, evitando obstáculos no exercício de controle.

**10.3.3.** Promova um procedimento administrativo e judicial contra os ex-gestores com finalidade de responsabilização e devolução dos valores consignáveis.

**10.4. Determinar** ao Órgão Técnico que verifique a correção das falhas apontadas na próxima inspeção *in loco*.

**10.5. Dar ciência** ao Sr. **Augusto Vieira do Nascimento e patronos**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão adotado pelo Colegiado.

**11- Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 10 de Agosto de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº805/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral